

Cidade de fluxos: Notas sobre um pensamento de fronteira

Resenha de 'A cidade nas fronteiras do legal e ilegal',
de Vera da Silva Telles

Gabriel de Santis Feltran

Professor da UFSCAR e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole

É lugar comum constatar a desigualdade das cidades brasileiras, e na esteira dessa constatação há uma ampla bibliografia que se move em torno dos conceitos de “segregação” e “exclusão” social, tematizando os bloqueios que qualquer morador das periferias enfrenta para transitar nos territórios urbanos e no espaço social. Tem sido simples – utiliza-se, em geral, apenas os critérios diacríticos para fazê-lo – conceber a *divisão* do mundo urbano no Brasil: enunciados cotidianos distinguem um “bairro bom” de uma “periferia”; um “condomínio fechado” de uma “área de interesse social”, um “lugar tranquilo” de uma “favela”. Essas distinções bipolares não raro contaminam, também, aqueles que vivem nessas áreas – a cidade assim concebida tem trabalhadores e “cidadãos de bem” de um lado, bandidos e marginais do outro –, além de pautar programas de assistência social e segurança pública cada vez mais indissociáveis.

Pois bem, em *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*, publicado pela Editora Argumentvm, Vera da Silva Telles observa esses contrastes de um *outro* ponto de vista. Longe de negar as desigualdades ou clivagens do mundo urbano, o que emerge do livro, amparado na melhor tradição da sociologia francesa, é a descrição de uma cidade repleta de conexões e interdependências. Aquele que se aventurar por suas páginas encontrará uma São Paulo descrita não a partir de seus muros altos, congestionamentos intransponíveis, grades e arames farpados, mas de categorias a princípio improváveis, tais como fluxos, mobilidades, mediações, dobras, redes e agenciamentos. A cidade se compreende nas suas fronteiras, pensadas, portanto, não apenas como divisão mas, e ao mesmo tempo, como espaços de comunicação

e trânsito nos quais se plasma o mundo urbano contemporâneo. Comunicação e trânsito, no entanto, controlados como em qualquer fronteira, pois imersos em relações de poder. Do mesmo modo, as leis e os modos de burlá-las, que completam o título do livro e caracterizam o mundo social que nos mostra a autora, não representam mais um universo de ordem *versus* desvio, mas a referência central a partir da qual essas relações de poder se atualizam, se territorializam e se constituem como modo de vida.

Ao contrário da tão propalada “ausência do Estado”, o que vemos nas periferias urbanas que nos descreve Vera Telles são as lógicas últimas da operação estatal inteira. No revés da exclusão social, o que vemos são os sentidos mercantis, sociais e políticos das tramas urbanas, hoje transnacionais. Dos territórios de pobreza da cidade contemporânea se vislumbra não a ausência, mas o ponto de gravitação do poder na cidade global, cosmopolita às avessas. Por isso, é ali nos interstícios e nas pequenas histórias impublicáveis do mundo urbano que Vera Telles monta seu posto de observação. Apenas esse deslocamento no modo de narrar a cidade já faria do livro uma obra incontornável da sociologia urbana no Brasil. As brilhantes resenhas do volume, de autoria de Daniel De Lucca (2011) e Michel Misse (2011), que pude ler há pouco, já tornaram evidente esse fato. Para não repeti-los, enfatizo a seguir algumas das múltiplas outras razões que nos instigam à leitura desse trabalho, bem como um olhar atento para a matriz de produção intelectual e política que este livro parece consolidar. O livro – originalmente a tese de livre-docência da autora, apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – apresenta resultados de uma década de intenso trabalho. Talvez valha a pena recuperar aqui, em traços muito gerais, o percurso que subsidia e desenvolve o projeto de pesquisa e conhecimento inscritos nesse volume que, agora, se apresenta ao público mais amplo.

Há exatos dez anos, conheci Vera Telles num seminário na Universidade Estadual de Campinas, onde a autora anunciava, a um auditório lotado, uma inflexão em sua trajetória intelectual. Dizia que as questões de fundo que haviam marcado sua formação política, durante os movimentados anos 1980, e mobilizado sua já consolidada produção so-

ciológica, dos anos 1990, estavam sendo momentaneamente “suspensas”¹. Alertando-nos sobre a premência de distinguir “política de gestão”, a socióloga afirmava seu incômodo em seguir tematizando as relações entre o social e o político, no Brasil do período. Frente à confusão instalada entre cientistas sociais, militantes ou homens de governo em torno das categorias-chave de sua reflexão até então – os direitos, a cidadania, a cidadania, o espaço público, a participação e a democracia – Vera Telles decidira se recolher. Pois, segunda ela, essa confusão não remetia apenas a um problema conceitual, sanável caso as palavras fossem tratadas com mais rigor, mas a um problema “cognitivo”, de consequências políticas “nada triviais”, como ela costuma dizer².

A autora – ainda hoje uma das referências para pensar cada um desses conceitos no país – anunciava, assim, que deixaria de estudar sistematicamente os direitos da cidadania e as tensões de sua construção no país para se dedicar a uma revisita “empírica e descritiva” das relações mais prosaicas dos cotidianos do mundo social. Seria preciso fazê-lo, segundo ela, para compreendermos a dimensão da fratura que os anos 1990 teriam produzido sobre “todo o jogo de referências” de apreensão das medidas de relação social e de formulação do discurso político.

A inflexão tinha motivo e sua produção durante a última década o comprova³. Hoje noto que um pensamento como o de Vera Telles, que sempre vislumbra *relações*, reagia, naquele momento, e prontamente, à domesticação dos nichos específicos de debate sobre a política que a conjuntura propunha. Rebelava-se contra as análises bem enquadradas e conceituadas e indicava outros nexos de sentido para cada uma delas. As perguntas da autora, quase sempre, tentavam colocar em questão o que os achados dos trabalhos dos seus pares pareciam deixar de fora, ou silenciar. É o “sobrante” dos recortes temáticos que fala alto nas questões de pesquisa de Vera Telles. Como pensar a democracia a partir das instituições, sem conversar com a bibliografia sobre a reestruturação produtiva ou a modernização dos mercados populares? Como estudar os movimentos sociais urbanos sem pensar na “epidemia” de violência criminal que exterminou milhares de jovens das periferias durante os anos 1990? Como pensar uma cultura

1 Refiro-me ao seminário de lançamento do volume da Revista Ideias, coordenado pelo Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, Unicamp (GEC, 2000). Para a produção da autora até o período, ver sobretudo Telles (1994a, 1994b, 1999, 2001), com textos fundamentais da bibliografia sobre os movimentos sociais e a construção democrática no Brasil.

2 Nesse sentido, a autora se amparava na formulação de Jacques Rancière acerca do conflito político, centrado no dissenso: “O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de branca” (RANCIÈRE, 2006, p. 11).

3 Ver Telles e Cabanes (2006), que oferece inclusive boa parte dos textos da autora que, reelaborados, compõem o novo livro, e Telles e Kessler (2010).

democrática a partir desses movimentos, quando explode a insegurança civil nas cidades? Como pautar a expansão dos direitos da cidadania em época de reforma liberal do Estado? Como ler a inovação institucional de um conselho quando a consolidação da legalidade pluralista é coetânea à ampliação do desemprego estrutural e, sobretudo, à profusão dos ilegalismos políticos e urbanos? Como avaliar os experimentos participativos quando a cena pública se encolhe, frente aos ditames da técnica gestonária? Enfim, como pensar esses paradoxos constitutivos do novo mundo social e público em um diagrama analítico consistente que não recorte artificialmente o mundo social?

As questões não eram simples. Para pautar o problema político daquele período de inflexão – o que seguramente é ainda mais radical hoje – e entender minimamente o que se passava em terrenos cada vez mais movediços, Vera Telles afirmava ser preciso recuar alguns passos, abandonar as certezas teóricas e ideológicas e se reposicionar criticamente frente ao mundo. A autora propunha que brecássemos momentaneamente o debate político para retornar à descrição dos modos de operação da política, que transita desde pequenas histórias da sociabilidade cotidiana, de temáticas corriqueiras e trajetórias de vida imersas no senso comum, até os modos de conformação da questão social, do funcionamento da maquinaria estatal e da questão política. Porque tudo isso, ou melhor, os *nexos* entre tudo isso, demonstravam deslocamentos importantes na virada do século. O recuo estratégico à descrição seria, então, fundamento de uma prática de conhecimento necessária em momento de crise conceitual, na qual deveríamos, conforme Vera Telles, exercitar o “livre pensar”.

Em sua rápida exposição naquela tarde, a socióloga, visivelmente mobilizada integralmente pelas questões que trazia, instigava-nos a vislumbrar nexos entre o problema social, intelectual e político em debate no país, naquele momento, que escapava por todos os lados às formas mais tradicionais do pensamento social, inscritas em polaridades normativas, recortes temáticos ou pressuposições teóricas⁴. O que víamos nos paradoxos do período, dizia a autora, era a coexistência de modos de vida, ações coletivas e formas de governo “improváveis”, que, no entanto, pareciam ter vindo para ficar. Sua análise pairava em plano de abstração eleva-

4 Para a autora, outra referência relevante do período foram os trabalhos de Bruno Latour. Na mesma chave de repensar as bases do estudo do social, anos depois, ele escreve: “Changer de société, refaire de la sociologie” (LATOUR, 2006).

do – os paradoxos em discussão tinham a amplitude equivalente a uma nova “modernização”, que não se confundia com modernidade, e, simultaneamente, traziam dilemas à compreensão mesmo das mais irrisórias situações do cotidiano. Abstração portanto que, para além da renovação teórica, nos pedia “etnografias experimentais”.

Lembro-me bem da sensação de sair aturdido do auditório da Unicamp, quando caiu a noite. Sensação acompanhada da certeza de que deveria procurar o que aquela professora escrevia. Evelina Dagnino, minha então – e sempre – orientadora, já havia me alertado sobre quão inspiradores eram os textos de Vera. Recomendou-me, ainda, que frequentasse seus cursos na USP. Felizmente pude fazê-lo e, na interlocução que se abriu então, acompanhei ora mais de perto, ora mais distante, os desdobramentos daquela inflexão anunciada no pensamento de fronteira da autora. Mais do que isso, pude notar, admirado, os modos como essas inquietações foram se traduzindo, ano a ano, num programa de pesquisa empírica cuidadoso, compartilhado tanto por um conjunto de pesquisadores experientes, como Robert Cabenes, Cibele Rizek e Angelina Peralva, como por diversos de seus orientandos, especialmente Daniel Hirata, Eliane Alves e José César Magalhães, hoje jovens doutores. Em inúmeras situações, pude acompanhar os trabalhos dessa equipe, seja em campo, seja em seminários de leitura compartilhados ou em exposições de resultados parciais de investigação. Mais recentemente, esta interlocução se estreitou ainda mais, dada a afinidade entre os modos de conceber nossas questões de pesquisa, construída ao longo dessas conversas. Nessas passagens, Vera Telles aos poucos se reaproximou da Sociologia Urbana e atualmente contribui decisivamente para seu arejamento no país.

Uma década passada desde aquele seminário, minha impressão é de que *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal* fecha o ciclo desta inflexão intelectual, marcada por intensa experimentação; o livro oferece aos seus leitores textos produzidos e redimensionados ao longo de toda a década, como resultado processual da produção do coletivo de pesquisas liderado por Telles. O volume, organizado em seis capítulos, precedidos por uma introdução substantiva, apresenta a intensidade da produção acadêmica da autora nos últimos

anos, em muito partilhada com este grupo talentoso de pesquisadores. A proposta teórico-metodológica transversal aos textos, que já se podia intuir no início da década passada, parte da inversão das perspectivas dominantes de olhar a cidade, estabelecendo novos postos – inteiramente marginais – para a observação crítica dos conflitos sociais, urbanos e políticos que atravessam São Paulo. Se esse esforço de releitura teórica e cognitiva do mundo social é evidente a cada página do trabalho, suas categorias de análise estão longe de terem sido deduzidas da teoria social ou da filosofia política; ao contrário, elas são trabalhadas à mão, tendo como ponto de partida a afecção etnográfica, que obriga à suspensão momentânea de juízos ou referências normativas prévias para que, como fazem as crianças, permita-se que o mundo se apresente em sua novidade.

A experimentação de Vera Telles funde descrição à análise, estranhamento à interpretação, capacidade de distinguir à de nomear. Dessa fusão, aparece o espaço a estudar, e este é, invariavelmente, um espaço *entre* as temáticas e os espaços analisados (sobretudo pontos situados nas zonas Sul e Leste da capital paulista). A primeira parte do livro se chama, justamente, “Experimentações”. Nela, três capítulos são alinhavados pela articulação entre diferentes temáticas urbanas bastante estudadas – trabalho, família, religiosidade, mobilidades, associativismo, mercados de trabalho populares e ilegalismos⁵ –, articulação somente possível pela escolha de objetos empíricos tão propensos ao deslocamento quanto aos contextos urbanos em que vivem: trajetórias, cenas, situações e eventos, captados em pesquisa de campo e traduzidos em configurações nas quais as relações em pauta fazem sentido e ganham inteligibilidade. Olhares atentos para os universos privados de famílias constatarem nexos de sentido entre modos de vida e transformações nas esferas do trabalho e do emprego, nos modos de territorialização dos conflitos sociais, na paisagem urbana e, mais detidamente, nos circuitos econômicos articulados em torno de mercados legais-ilegais, legítimos-ilegítimos, lícitos-ilícitos. Os capítulos conversam entre si, reformulam-se mutuamente e lançam a possibilidade de composição de uma espécie de micro-história da metrópole paulista, que aos poucos se abre a uma sociologia política do contemporâneo.

5 Conceito foucaultiano que, sendo um neologismo no francês original, como lembramos atentamente Jorge Villela, foi mal traduzido ao português como ilegalidade. A “gestão diferencial dos ilegalismos” (FOUCAULT, 2001, p. 226) pressupõe, justamente, os jogos em torno de posição que permitem a demarcação – nunca politicamente infensa – do legal, legítimo e lícito, frente a seus contrários. Sobre considerações muito similares, em perspectiva etnográfica, ver Whyte (2005).

A segunda parte do livro é intitulada “Deslocando o ponto da crítica” e apresenta mais claramente a última operação – com foco maior nos mercados ilegais e ilícitos – da proposta teórica da autora. O centro do debate se volta para a redefinição, nas últimas décadas, dos territórios e códigos de sociabilidade urbana em torno do que Vera Telles chama de “fronteiras incertas do informal, ilegal e ilícito”. Nessas fronteiras, a autora afirma estarem não os efeitos colaterais, mas o centro de gravitação do problema político contemporâneo – evidencia-se nelas, ao menos em minha leitura, um deslocamento fundamental na forma política de lidar com o conflito social. Se há algumas décadas a face autoritária do regime mostrava-se nitidamente pela legislação objetiva de uma fronteira que distribuía a legalidade⁶ a grupos sociais específicos, privando-a de outros, e dessa legislação estabelecia-se claramente a necessidade de uma parcela legítima da “sociedade” reprimir aquela considerada ameaçadora, agora o problema se sofisticou. Se todos são cidadãos da “nova democracia” e, portanto, *a priori* portadores de proteção legal de uma comunidade política arranjada em torno de um estado de direito, como conceber a alteridade radical dos habitantes, territórios e modos de vida que, em São Paulo, insistem em se fazer notar?

Parece ser preciso criar mecanismos outros de distinção, clivagem e controle gestionário daqueles que persistem em desarranjar o coro dos contentes. As estratégias de incriminação e criminalização passam então – e quanto a isso não me parece haver dúvida – a operar essa fronteira que conecta sociabilidades a códigos formais e jurídicos. Se todos são cidadãos, uns são legítimos habitantes da metrópole; outros não – e é preciso construí-los como violentos, criminosos, criminais, para que se deslegitimem completamente. Nessa chave, as disputas em torno do que é legítimo socialmente entram no centro da equação política e os critérios de definição da legitimidade – que se plasam na conformação não apenas de atitudes, mas também nos corpos de pessoas e na materialidade de territórios, muitas vezes lidos como “fora da lei” – passam a constituir as fronteiras do social, do urbano, do político. Assim, o improvável ganha forma: preserva-se a norma democrática universalista, que se consolida institucionalmente, ao mesmo tempo em que se pode reprimir e encarcerar – ilegalmente que seja – aqueles seres essencialmente violentos que se julga ser preciso manter *alheios* a ela.

6 Legalidade que, sempre é bom lembrar, está amparada nas definições mais cotidianas, despreziosas e corriqueiras, embora inscritas em disputas as mais relevantes, daquilo que se considera legítimo, aceitável, normal ou lícito.

Em minha leitura, o sexto capítulo, último também na cronologia de escrita do livro e o único inteiramente inédito do volume, conta a história urbana desse mecanismo de relação entre a gestão da ordem, da violência e dos modos de incriminação. E dessa história percebe-se o quanto paradoxal foram os processos vividos nessa fronteira – a expansão do “mundo do crime”, nas periferias de São Paulo, passou a significar, por exemplo, a redução radical do homicídio entre jovens nos anos 2000 que, para ampliar o paradoxo, é reivindicada pelo próprio Estado. Nesse último texto do livro, aliás, é que Vera Telles dialoga mais diretamente com a bibliografia etnográfica contemporânea sobre os temas das periferias urbanas, criminalidade e violência em São Paulo, que têm aparecido consistentemente no debate dos últimos anos, aparição em muito amparada por suas reflexões⁷.

Para além da relevância dos conteúdos, e da profusão de *insights* no curso dos capítulos, *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal* é leitura obrigatória também pela autenticidade – e originalidade – de seu modo de conceber o conhecimento sociológico. Vera Telles rompe com as formas canônicas de ver a cidade e, mais radicalmente, de se fazer ciências sociais em tempos de fordismo acadêmico. A autora protesta, a cada linha, contra a divisão de trabalho tradicional das ciências sociais, que obriga cada um a discutir pequenos recortes temáticos disciplinadamente. Dialogando tanto com a filosofia, a antropologia e a história, mas também com o urbanismo e a economia, cada página da socióloga é um libelo contra os analistas que, renunciando ao pensamento, no sentido arendtiano, “recortam” seus universos de análise em miríades de temáticas supostamente autônomas – o trabalho, a religião, a família, a violência, as associações, o Estado, os mercados informais, a história urbana ou os territórios de pobreza – para delas extrair suas conclusões e causalidades. Nada disso. A interdependência entre essas temáticas é justamente o que Vera Telles trabalha com paixão. Todos esses temas, e mais alguns, fazem parte do diagrama de análise da autora e da máquina de fazer pensar que é seu livro.

Máquina experimental, não porque tateante ou preliminar, mas porque fundada na “contracorrente desses modos convencionais que primaram (e ainda persistem) nas ciências sociais, (...) ao contrário e ao revés das antigas imagens

7 Refiro-me aos trabalhos de grupos de pesquisa como o coordenado por Ronaldo Almeida, o Hybris (USP-UFSCar), o NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas e o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (UFSCar). A autora dialoga também intensamente com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e diversos interlocutores cariocas.

de ordem, de estabilidade e sistematicidade próprias das teorias sociais convencionais” (TELLES, 2011, p. 26). A novidade da abordagem que o livro lança sobre a cidade de São Paulo reside, a meu ver, justamente na verificação dos planos de relação entre todas essas temáticas convencionais. E essas relações não partem de suposições, mas de pesquisa empírica sistemática entre seus sujeitos e agenciamentos cotidianos. Não é a autora que produz esses nexos – eles são produzidos nas próprias trajetórias cotidianas estudadas e narradas passo a passo, de donas de casa, perueiros, motoqueiros, trabalhadores informais, operários, ladrões e jovens traficantes, muitas vezes mais de uma dessas coisas ao mesmo tempo. Nas histórias narradas de cada um desses personagens complexos, que o livro nos permite conhecer, encerram-se tanto as paixões e desejos mais privados quanto os interesses e condicionamentos políticos mais amplos – quase sempre, aliás, fundados para muito além das periferias urbanas. A análise desses percursos urbanos não se divide, portanto, em temas artificialmente produzidos, mas propositadamente os embaralha em configurações próprias da vida contemporânea, conforme captadas em pesquisa.

A novidade dessa aliança entre pesquisa minuciosa e pensamento ensaísta despido de formalismos é a produção de um conhecimento social e político que se apresenta como *work in progress*, que sempre se refaz à medida das transformações em curso. Nada mais adaptado aos tempos que correm. A inversão normativa da análise produzida nessas bases – que abandona o *dever ser* moderno ou civilizatório sem, no entanto, ceder ao relativismo pós-moderno – atualiza uma representação cognitiva alternativa sobre São Paulo e seu tecido social. Em um mesmo plano analítico, ou numa mesma vida narrada, portanto, fundem-se vários personagens urbanos – uma diarista, por exemplo, nas horas vagas vende CDs piratas numa pequena banca, e para isso aciona pontas soltas do mercado de contrabando de produtos eletrônicos, e, como ele é ilegal, também um conjunto de dispositivos de extorsão, proteção, contato com traficantes, policiais e fiscais públicos. Da história dessa senhora, a autora pode transitar no funcionamento das maquinarias legal-ilegal que, em seu argumento e ao contrário do que parecem, são fundamentos da reprodução da vida social e política da cidade contemporânea. São Paulo, assim, arrisco-me a dizer,

se torna objeto empírico, e ponto de partida situado para um pensamento social e político com pretensões teóricas de muito maior envergadura. Ainda que na contramão das teorizações pretensas à sistematização formal, o que o livro propõe é, sim, um outro modo de eleger campos e formas de fazer pesquisa social, que obrigam a conceber nossos problemas e categorias de análise em plena tensão entre o empírico e o teórico. Em suma, trata-se de um modo renovado, tão iconoclasta quanto criativo, de construir teoria social.

Engana-se, portanto, quem pensa que *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal* é um livro (apenas) sobre São Paulo. Não é. Nem tampouco um livro focado na apresentação de resultados de uma pesquisa situada no espaço e no tempo. Para além dessas qualidades substantivas, empiricamente fundadas e politicamente relevantes, e apenas porque elas foram perseguidas, apresenta-se neste volume um *modo de pensar* o social e o político que, mais radicalmente, implica uma reformulação das bases do pensamento sociológico. Essa a principal contribuição da autora para todos aqueles que, sedentos por compreender mundos que insistem em se modificar, seguem resistindo aos ditames institucionais de toda ordem que nos constroem a produzir sem ter ideias, e a desistir de pensamentos ousados em prol da coerência para com as categorias usuais e legítimas do debate científico.

Nenhuma intenção, entretanto, de reinventar a roda. Longe disso.⁸ Vera Telles dialoga explicitamente com a tradição da sociologia e filosofia políticas, apresentadas ao longo de todo o texto, e suas categorias de interpretação debruçam-se com cuidado sobre a cidade em que vive. Esse seu modo de fazer sociologia. Leitora assídua das correntes contemporâneas do pragmatismo e da sociologia política francesas, bem como da filosofia política de Hannah Arendt, Michel Foucault e Gilles Deleuze, a autora dialoga diretamente com as etnografias das margens do Estado de Veena Das e Deborah Poole, bem como com as formulações sobre a exceção de Giorgio Agamben. Não replica conceitos de nenhum desses autores, entretanto, apenas os atualiza para dar inteligibilidade a ideias acerca dos objetos situados que pretende estudar minuciosamente, para retornar a voos mais altos quando eles assim solicitam. Seus achados se produzem invariavelmente sobre cenas descritivas dos diários de campo e o que elas permitem deduzir. Um modo próprio, portanto, de conceber o social entre minúcia etnográfica e capacidade de inferência ensaística.

8 Não se trata de inventar novas teorias e muito menos domesticar essas realidades em alguma matriz explicativa geral. Trata-se, antes, e sobretudo, de fazer da investigação uma experiência de conhecimento capaz de deslocar o campo do já dito. (TELLES, 2011, p. 26)

Esse modo pouco usual de produzir pensamento é, talvez, a característica mais original desse volume, que termina sem conclusões nem considerações finais. Ausência que representa uma provocação conclusiva de uma autora que, tendo muito a dizer, nega-se a simplificar sua proposta de apreensão do real em sínteses fáceis, que correriam o risco de substancializar seus elementos; como a obra de Simmel, o pensamento de Vera Telles é repleto de fragmentos de ideias lançadas despreziosamente, ao longo do texto, por vezes apresentadas em formulações distintas aqui e acolá. Apenas em conjunto caleidoscópico, produzido pelo leitor, é que esses fragmentos permitem vislumbrar princípios e perspectivas transversais, ordenamentos parciais e visões de conjunto que ofereçam coerência teórica aos achados empíricos. O que se pretende buscar, em seu pensamento, não pode se formular em modelos explicativos – Vera Telles sempre os repeliu. As conclusões do livro que propositadamente não se apresentam, ao cabo dos capítulos, podem, no entanto, ser encontradas *entre* cada uma das linhas que o compõem, atualizadas uma a uma *durante* o curso da experiência de pensamento que elas propõem.

Aliando pesquisa minuciosa a um *pensar* indisciplinável, o livro de Vera Telles nos apresenta a uma São Paulo de fluxos. Mais do que nos mostrar um quadro sistematizado dessa cidade, entretanto, parte desses fluxos para nos incitar a pensar o social e o político. É nessa experiência de pensamento que a conflitividade pública do mundo contemporâneo emerge e, ao fazê-lo, desvela simultaneamente as tentativas – das mais estruturantes às mais capilares – voltadas para gerenciá-la, domesticá-la, normalizá-la. Na disputa entre conflito e gestão surge tanto uma análise das mais consistentes sobre a cidade contemporânea quanto uma nova proposta de engajamento político – agora não mais pautada em conteúdos fixos, teleologias ou narrativas prontas, mas pela liberdade intelectual aliada à análise crítica. Um livro, portanto, que, falando da cidade de São Paulo, recoloca as questões centrais do pensamento político moderno. Valeu a pena esperar dez anos por ele.

Referências

- DE LUCCA, Daniel. (2011), “Dobraduras da cidade”. Novos Estudos. (Mimeo)
- FOUCAULT, Michel. (2001), *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. (2000), “Os movimentos sociais e a construção democrática. Sociedade civil, esfera pública e gestão participativa”. *Revista Ideias*, Vol. 5, nº 2, pp. 7-122.
- LATOUR, Bruno. (2006), *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris, La Découverte.
- MISSE, Michel. (2011), “A cidade nas fronteiras do legal e ilegal”. Resenha de *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*, de Vera Telles. *Le Monde Diplomatique*. Disponível (on-line) em: www.finotracoeditora.com.br/blog/?p=253
- RANCIÈRE, Jacques. (2006), *O desentendimento: Política e filosofia*. São Paulo, 34.
- TELLES, Vera da Silva (1994a), “Pobreza, movimentos sociais e cultura política: Notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia”. Em: DINIZ, Eli. (org). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, pp. 225-243.
- _____. (1994b), “Sociedade civil e construção de espaços públicos”. Em: DAGNINO, Evelina (org). *Os anos 1990: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1999), *Direitos sociais: Afinal, do que se trata?* Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (2001), *Cidadania e pobreza*. São Paulo, 34.
- _____. (2011), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argumentvm.

_____ [e] CABANES, Robert (orgs). (2006), *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas.

_____ [e] KESSLER, Gabriel. (2010), “Apresentação ao dossiê Ilegalismos na América Latina”. *Tempo Social*, Vol. 22, pp. 9-16.

WHYTE, William Foote. (2005), “A estrutura social do gangsterismo”. Em: *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.